



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Norte - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 74/IEF/URFBIO NORTE - NUREG/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0028187/2023-19

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: Paulo de Tarso Pereira David		CPF/CNPJ:538.056.406-25			
Endereço:Av. Pedro Alvares Cabral, 253		Bairro: Distrito Industrial			
Município:Montes Claros	UF:MG	CEP:39404-000			
Telefone:(38) 99875-9857	E-mail:agapeambiental@yahoo.com.br				
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (x) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome:Paulo de Tarso Pereira David		CPF/CNPJ:			
Endereço:. AV. Pedro Alvares Cabral, 253		Bairro:Distrito Industrial			
Município:Montes Claros	UF: MG	CEP:39404-000			
Telefone:(38) 99875-9857	E-mail:agapeambiental@yahoo.com.br				
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Fazenda São Vicente		Área Total (ha):2.428,8305			
Registro nº (se houver mais de um, citar todos):Matriculas 10888, 10887 Livro: 2G, 2RG Folha: - Comarca: Francisco Sá / MG		Município/UF: Capitão Enéas/MG			
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):MG-3112703-9315.73E3.550C.4A2A.A60A.BF2A.DC74.3AF4					
Obs.: O proprietário ou possuidor rural inscrito no CAR deverá efetuar inscrição na Central do Proprietário do CAR para recepção das notificações cabíveis.					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade			
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo	268,00	ha			
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y

Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo	268,00	ha	23K	647.823	8.236.084

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária		268,00

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Caatinga	Floresta Estacional Decidual Inicial		268,00

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		5077,3662	m3

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo:20/09/2023

Data da vistoria:03/10/2023

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico:20/10/2023

2. OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em uma área de **268,00ha** de Floresta Estacional Decidual em estágio inicial, sendo que **100,00ha** em área comum, e **168,00ha (AIA-Corretiva)**, referente área do Auto de Infração nº 302245/2022, datado de 08/09/2022, ambas com cobertura nativa de floresta estacional decidual inicial, inserido no Bioma Caatinga, dentro dos limites de abrangência da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. O objetivo é implantação projeto de pecuária (pastagem), na Fazenda São Vicente, município de Capitão Enéas/MG, tendo com empreendedor/responsável o proprietário Paulo de Tarso Pereira David, portador do CPF nº538.056.406-25.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Os dois imóveis denominados do Fazenda São Vicente, município de Capitão Enéas/MG, ambas registradas sob as matrículas, registrada sob a matrículas: 10888, Livro 2-RG (Gleba-1), com área documental de 1.044,87,13ha, e matrícula 10887, Livro 2-RG(Gleba-2), com área documental de

1.373,13,06ha, no Cartório de Registro de Francisco Sá/MG, em nome de PAULO DE TARSO PEREIRA DAVID, portador do CPF: 538.056.406-25.

A propriedade apresenta fitofisionomia de Floresta Estacional Decidual, inserido no Bioma Caatinga, dentro dos limites de abrangência da Lei Florestal 11.428 de 30/03/2020 (consulta no IDE-Sisema) e pastagem.

As atividades atualmente desenvolvidas no empreendimento, denominadas Fazenda São Vicente, é a criação de bovinos, bubalinos, Equinos, Muares, Ovinos e Caprinos, em regime extensivo, Código da atividade sob nº G-02-07-0 e a atividade de Culturas Anuais, Semiperenes e Perenes, Silvicultura e Cultivos Agrossilvipastoris, Exceto Horticultura, código da atividade G-01-03-1, em conformidade à Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Número do registro: : MG-3112703-9315.73E3.550C.4A2A.A60A.BF2A.DC74.3AF4

- Área total: 2.424,9883ha

-Área de reserva legal: 554,5861ha

-Área de Preservação Permanente: 32,9300 ha

Área de uso antrópico consolidado: 647,3260 ha

Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 554,5861ha.

() A área está em recuperação:ha

() A área deverá ser recuperada:.....ha

(x) Proposta no CAR (x) Averbada () Aprovada e não averbada

Qual a modalidade da área de reserva legal:

* (X) Dentro do próprio imóvel * () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade * () Compensada em imóvel de outra titularidade.

Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

* A área de reserva legal apresenta dois fragmentos de Floresta Estacional Decidual, com área total de 554,5861ha, inseridos dentro das disjunções do Bioma Mata Atlântica, conforme Lei Florestal 11.428/2006.

Parecer sobre o CAR:

* Fica APROVADA a demarcação da Reserva Legal, conforme Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR, datado de 23/07/2019, em cumprimento a Instrução de Serviço Conjunta nº01/2014- SEMAD/IEF, à Lei 12.651/12 e a Lei 20.922/2013 em uma área de uma área de 554,5861ha de Floresta Estacional Decidual (Mata Seca).

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O município de Capitão Enéas/MG, apresenta 59,68% de cobertura de vegetal nativo.

O empreendedor requer intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em uma área de **268,00ha** de Floresta Estacional Decidual em estágio inicial, segundo Laudo de Caracterização de Estágio apresentado pelo empreendedor, sendo que **100,00ha** em área comum, e **168,00ha**, referente área do Auto de Infração nº 302245/2022, datado de 08/09/2022, ambas com cobertura nativa de floresta estacional decidual inicial, inserido no Bioma Caatinga, dentro dos limites de abrangência da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. O objetivo é implantação projeto de pecuária (pastagem), na Fazenda São Vicente, município de Capitão Enéas/MG, tendo com empreendedor/responsável o proprietário Paulo de Tarso Pereira David, portador do CPF nº538.056.406-25.

* O rendimento do material lenhoso, segundo PUP, apresentado é **5.077,3662m³** de lenha de floresta nativa com aproveitamento de tocos e raízes.

* O rendimento do material lenhoso médio, segundo o inventário do PIA apresentado pelo empreendedor é 18,9453m³/há de lenha de floresta nativa, referente área de 168,00ha autuada no Auto de Infração nº 302245/2022, totaliza **3.182,8265m³** de lenha de floresta nativa, que deverá ser cobrar a taxa floresta em dobro devido ao material lenhoso presente a na área atuada, conforme determina a lei.

Obs. .

***O empreendedor deverá quitação taxa de reposição florestal referente a 1.024,0382m³ de lenha de floresta nativa, antes da emissão do AIA.**

*Taxa de Expediente: Taxa de expediente referente a 268,00ha Cerrado para supressão de cobertura de vegetal nativo com destoca. Valor R\$1.974,46-Quitada em 18/04/2023.

*Taxa florestal: Taxa florestal referente a 5077,3662m³ de lenha de floresta nativa. Valor R\$35.803,86-Quitada em 18/04/2023.

* Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23127312.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Conforme o Zoneamento Ecológico do Estado de Minas (ZEE), a área requerida para intervenção ambiental apresenta as seguintes características:

- Vulnerabilidade Natural: Média;
- Vulnerabilidade do Solo à Erosão: Média;
- Integridade da Fauna: Média;
- Integridade da Flora: Média.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

-Atividades desenvolvidas: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional:1

- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS

- Número do documento:

4.3 Vistoria realizada:

Parecer técnico elaborado remotamente através de interpretação de imagens Google, IDE-SISEMA e vistoria de campo “in loco”.

4.3.1 Características físicas:

Topografia: O relevo apresenta predominância de plano a suave ondulado.

Solo: A propriedade apresenta solos do tipo Argissolo, PVAe9 e do Latossolo, LVe1 na área do empreendimento.

- Hidrografia: Segundo informações do IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) o município de Capitão Enéas está dentro da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco, na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Verde Grande (SF10). O Rio Verde Grande nasce nas encostas setentrionais da Serra Geral, ainda no Estado de Minas Gerais.

5.3.2 Características biológicas:

Vegetação: A vegetação alvo de supressão vegetal foi enquadrada como um remanescente nativo com a fitofisionomia em Transição Floresta/Caatinga em meio a pastagem exótica introduzida.

· Transição Floresta/Caatinga, com área de 268 ha.

Flora: Espécies vegetais: Vaqueta, periquiteira, rosqueira, tamboril, catinga de porco, pau preto, surucania, etc.

Observação:

Fauna

V.2.1 Avifauna Introdução

O Brasil é detentor de uma avifauna rica e diversa, com cerca de 1919 espécies (CBRO, 2015). Porém, na região Neotropical ele também é o país com maior número de espécies criticamente ameaçadas de extinção, com 25 espécies listadas, além de várias outras que estão em algum outro tipo de ameaça (Birdlife international, 2011). Entre as fontes consultadas (Marini & Garcia 2005, Birdlife internacional 2011, Machado et al. 2008, Drummond et al. 2005) a um consenso de que a destruição e fragmentação de seus habitats, por consequência da rápida expansão das fronteiras agrícolas são as principais causas do declínio das populações de várias espécies de aves. A caça de espécies de médio e grande porte (espécies cinegéticas), como os jacus e mutuns e a captura de espécies ornamentais e de pássaros canoros como o azulão, trincaferro e curió são outras grandes ameaças a diversidade da avifauna brasileira (IUCN, 2004).

Pelo fato de Minas Gerais se localizar em uma região geográfica que engloba parte dos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga faz com que o estado abrigue uma fauna de aves bastante rica e diversificada. Dessas, 54 espécies são endêmicas da Mata Atlântica, 20 são endêmicas do Cerrado e 12 são endêmicas da Caatinga (Machado et al. 2008). Há ainda nove espécies típicas de montanhas do sudeste. Apesar da alta riqueza, um grande número de espécies de aves (n=106) está sob algum tipo de ameaça de extinção no estado (Drummond et al. 2005). Além desses biomas, Minas Gerais ainda detêm fitofisionomias excepcionais como as Mata Secas (Pedralli 1997, Scariot e Sevilha 2005) que se mostram como importante habitat para essas espécies, especialmente durante o período chuvoso.

Especificamente no norte de Minas Gerais essas formações estão presentes entre os domínios do Cerrado e Caatinga, sendo influenciadas por eles (Santos et al. 2007). As Matas Secas são caracterizadas por um elevado grau de decíduidade foliar e estão distribuídas pelas mais diversas regiões tropicais (Scariot e Sevilha 2005). Apresentam duas estações anuais bem definidas, seca e chuvosa (Murphy e Lugo 1986,

Nascimento et al. 2004) que associadas ao potencial hídrico, temperatura e ainda suas características físicas e químicas permitem uma diversidade de respostas fisionômicas distintas sobre a vegetação (Scariot e Sevilha 2005). Apesar de sua peculiaridade, essa fitofisionomia está seriamente ameaçada pela exploração rápida e desordenada das áreas de vegetação nativa, sobretudo para o estabelecimento de atividades agropastoris.

Sua avifauna, muitas vezes pouco conhecida (D'Angelo Neto e Vasconcelos 2003, Lopes et al. 2008, Leite et al. 2008), apresenta espécies tipicamente associadas a esse ambiente como *Arremon franciscanus*, *Knipolegus franciscanus* e *Lepidocolaptes wagleri*, ocorrentes principalmente ao longo do curso do rio São Francisco (Kirwan et al. 2001, 2004, Olmos 2008, Raposo 1997). Assim, características biológicas, ecológicas e até mesmo populacionais podem determinar quais os grupos de espécies apresentarão as piores respostas aos impactos ambientais (Stotz et al. 1996, Milesi et al. 2002, Sekercioglu et al. 2002, Arcos et al. 2008, Piratelli e Pereira 2002). As espécies endêmicas e restritas a um só tipo de ambiente, por exemplo, são provavelmente as mais vulneráveis dentre todas as outras quando a vegetação nativa é perdida ou degradada. Segundo Stotz et al. (1996), algumas características do grupo podem servir como indicadores de ambientes com necessidades de proteção, dentre as quais destacamos as aves especialistas a um determinado tipo de habitat, endêmicas, raras e/ou sensíveis a distúrbios em seu habitat. Além disto, algumas espécies podem se encontrar sob o risco de extinção caso apresentem uma ou mais dessas características. Nesse sentido os trabalhos de inventariamento e monitoramento são considerados importantes para observar como a avifauna está respondendo à perturbação ambiental.

O manejo e o monitoramento de ambientes e espécies hoje são partes fundamentais de todo o processo de conservação (Machado et al. 2008). Classificação da área de acordo com o Atlas da Biodiversitas. A figura abaixo indica as áreas prioritárias para conservação da avifauna no estado de Minas Gerais, conforme Atlas do Biodiversitas. A área do empreendimento não se enquadra em nenhuma categoria de importância biológica para a conservação de aves no estado de Minas Gerais.

Figura AV01. Áreas prioritárias para conservação da avifauna em Minas Gerais Classificação da área de acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE

Conforme a figura abaixo de áreas prioritárias para conservação da avifauna no estado de Minas Gerais, o ZEE classifica a área de influência do empreendimento em relação à integridade da avifauna na categoria baixa em importância biológica para preservação. Figura AV02: Áreas prioritárias para conservação da avifauna no estado. Levantamento de Dados Secundários Os dados secundários possibilitam um melhor conhecimento sobre a área de estudo subsidiando os estudos realizados da avifauna quanto às espécies registradas para a área e espécies de potenciais ocorrências.

Os levantamentos em artigos e periódicos científicos complementam as listagens possibilitando uma visão geral da avifauna para a macro região de estudo. A lista de dados secundários foi compilada dos seguintes artigos: Curcino e Feraboli, (2005); Straube et al., (2005); Manica et al., (2010); Vielliard e Silva (1990); Almeida (2002); Curcino et al. (2007) e Dornelas et al. (2012). Levantamento de Dados Primários A Fazenda Itapoã/Candelária está localizada no município de Capitão Enéas – MG e está inserida no domínio climático, que de acordo com classificação de Koppen é do tipo Aw-clima tropical chuvoso. Caracteriza-se pela existência de duas estações bem definidas. A temperatura média anual oscila em torno de 22,4°C, sendo que no verão as temperaturas máximas chegam a atingir valores superiores a 38°C. De acordo com o “Atlas Climatológico de Minas Gerais”, a precipitação total anual média situa-se entre 1.100 e 1.200 mm, sendo essa concentrada principalmente nos meses de novembro a janeiro. O levantamento da avifauna no empreendimento ocorreu em duas campanhas, uma compreendendo a estação seca entre os dias 02/09/2019 a 06/09/2019 e outra campanha na estação chuvosa entre os dias 13/01/2020 a 17/01/2019.

Dados primários

Durante a campanha referente a estação seca foram registradas 106 espécies da avifauna na área do empreendimento. Já durante o período chuvoso, foram registradas 174 espécies das quais 73 foram exclusivas para essa estação. Ao final das campanhas de levantamento, foram registradas 179 espécies da avifauna local distribuídas em 21 ordens e 48 famílias. O número de espécies registradas nesse levantamento surpreende comparado a outros trabalhos mais sistemáticos e com esforço muito superior (Dornelas et al. 2012 encontraram 256 espécies em cinco anos de coleta; D'Angelo Neto (2012) registrou 189 espécies em 18 anos de coletas por caatingas arbóreas e matas seca) ao que foi empregado nesse

trabalho que foi de 85 horas.

O fato de ter sido registrada uma maior riqueza de aves na estação chuvosa pode ser consequência da maior disponibilidade de recursos nesse período, como insetos e frutos (Pinheiro et al., 2002). Como os recursos muitas vezes sofrem influência da sazonalidade, esse se torna um componente importante para determinar a riqueza e a abundância das espécies em um determinado período do ano (Curcino et al., 2007). Além disso, a reprodução de muitas espécies de aves ocorre na estação chuvosa (Matarazzo-Neuberger, 1995; Sick, 1997), fator que também pode ter influenciado a maior riqueza de aves nesse período. As famílias mais representativas encontradas nesse estudo foram Tyrannidae, Thraupidae, Furnariidae, Ardeidae, Columbidae, Picidae, Thamnophilidae, Icteridae, Cuculidae, Accipitridae. A família Tyrannidae foi também a mais representativa em vários trabalhos de frugivoria e dispersão de sementes (Scherer et al. 2007, Krügel et al. 2006), mostrando a importância deste grupo para a dispersão de sementes, principalmente em áreas perturbadas (Valente 2001) onde essas aves são comuns (Pascotto 2007). As aves dessa família, em geral, alimentam-se principalmente de insetos e complementam sua dieta com frutos (Marcondes-Machado & Rosa 2005). Em vários outros trabalhos de frugivoria com diferentes espécies vegetais os pesquisadores encontraram espécies de aves oportunistas como, os tiranídeos e turdídeos que forrageiam tanto em bordas como interiores de mata, garantindo elevadas frequências de visitação e de consumo de frutos (Paula 2008, Francisco & Galetti 2002).

Guilda trófica Guilda é definida como um grupo de espécies que explora o mesmo tipo de recurso natural. As espécies são agrupadas quando há significativa sobreposição de nichos, sem levar em conta a posição taxonômica das mesmas (ROOT, 1967). Gráfico AV05: Preferência alimentar das espécies registradas no empreendimento. O maior número de espécies onívoras e insetívoras pode ser explicado pelo fato de que espécies com estes hábitos alimentares são generalistas e mais ágeis que as especialistas podendo assim utilizar uma maior diversidade de habitats. Os insetívoros que se alimentam de pequenos insetos aparentemente aumentam em abundância em locais fragmentados.

Os insetívoros generalistas geralmente habitam borda de mata, áreas abertas e estrato superior arbóreo, possuindo grande adaptabilidade a ambientes degradados (WILLIS 1979, RIBON et al., 2003). Nesta categoria, nas áreas estudadas temos os tiranídeos e os cuculídeos. Estes fatos podem explicar o maior número de insetívoros em relação às aves que se alimentam de outros itens nas áreas estudadas. A presença significativa de carnívoros que são sensíveis à degradação de habitat (WILLIS, 1979; SICK, 1997), mostra que a área está bem preservada.

V.2.4 Mastofauna

Introdução O Brasil é um país com ampla faixa florestal que o permite, aliado ao fato de sua extensão territorial, diversidade geográfica e climática, sustentar uma imensa diversidade biológica. Tais características o torna um dos principais países detentores de diversidade biológica, ao abrigar cerca de 10% das espécies descritas na Terra (MYERS, 2010). O Brasil detém a maior diversidade de mamíferos do planeta com 652 espécies, entretanto a fauna brasileira ainda é pouco conhecida (REIS et al. 2010). O bioma Cerrado detém 5% da biodiversidade do planeta, sendo considerado a savana mais rica do mundo, porém um dos biomas mais ameaçados do país (MMA, 2003). O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, entretanto é considerado como um dos hotspots mundiais de biodiversidade, apresentando uma alta abundância de espécies endêmicas e sofrendo uma excepcional perda de habitat (MMA, 2003). Este bioma apresenta 20 espécies de mamíferos sob algum grau de ameaça (Fundação Biodiversitas, 2003) e 14 espécies endêmicas (MARINHO-FILHO et al. 2002).

O Cerrado abriga pelo menos 194 espécies de mamíferos, com as ordens Rodentia e Chiroptera apresentando maior riqueza. Os pequenos mamíferos não voadores (Rodentia e Didelphimorphia) formam o grupo de mamíferos mais diversificado do Brasil, com cerca de 280 espécies (cerca de 40% do total de mamíferos) (PAGLIA et al. 2012). Os mamíferos correspondem ao segundo grupo mais diversificado entre os vertebrados terrestres no bioma Cerrado, representando aproximadamente 15% das espécies conhecidas (AGUIAR et al. 2004). Minas Gerais possui cerca de 375.393 km² (64%) de seu território ocupado por Cerrados; 158.369 km² (27%), por Floresta Latifoliada Tropical; 41.058 km² (7%), por Caatinga; e 11.731 km² (2%), por Campos Limpos, apresentando, ainda, a maior área reflorestada do país (MMA, 2020). O estado de Minas Gerais abriga três dos biomas mais importantes do Brasil (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga) apresentando uma mastofauna bastante diversificada, com 243 espécies conhecidas. Dessas, 45 espécies

estão ameaçadas de extinção sendo os mamíferos de médio e grande porte afetados principalmente pela fragmentação e alteração do habitat decorrentes das ações antrópicas, que juntamente com a caça correspondem às principais ameaças a este grupo (COSTA et al. 2005).

A maioria das espécies de mamíferos que ocorrem no Cerrado distribuem-se amplamente pelo bioma, ainda que muitas delas sejam consideradas raras localmente. Essa fauna inclui representantes das ordens Didelphimorphia, Xenarthra (recentemente desmembrada em Pilosa e Cingulata), Primates, Carnivora, Chiroptera, Rodentia, Perissodactyla, Artiodactyla e Lagomorpha (REIS et al. 2006). Já em relação a mastofauna da Caatinga, bioma também presente na área do empreendimento, estudos realizados revelaram uma baixa incidência de endemismos (Mares et al. 1981, 1985), e uma mastofauna relativamente pobre, restrita a 80 espécies na última atualização de Willig & Mares (1989). A baixa diversidade e a ausência de adaptações fisiológicas para as condições áridas da região entre as espécies levaram Mares et al. (1985) a concluir que a fauna de mamíferos da Caatinga consiste, em sua maior parte, em um subconjunto da fauna do Cerrado. Entretanto, com a realização de estudos mais recentes, essas afirmações acima ficam duvidosas uma vez que através de compilação de dados foram relacionadas pelo menos 148 espécies de mamíferos para o bioma, das quais dez seriam endêmicas (Oliveira et al., 2003). Dentre as espécies que ocorrem no bioma, duas são características da Caatinga, o rato-de-fava (*Wiedomys pirrhorrhinus*) e o mocó (*Kerodon rupestris*).

Essas espécies são encontradas somente nas formações vegetais abertas do bioma. Das espécies existentes na Caatinga dez estão incluídas na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção. As mais vulneráveis ao intenso processo de degradação observado no bioma, são espécies de mamíferos de topo da cadeia trófica, como, por exemplo, os carnívoros. Nesse contexto destaca-se o grupo dos felinos com cinco espécies ameaçadas das seis espécies registradas para o bioma. Além do processo de degradação, a caça, comum na região, também configura importante fator de perigo para as espécies de mamíferos (Oliveira et al., 2003).

De um modo geral, os mamíferos silvestres brasileiros dificilmente são vistos na natureza. Isso se deve, em especial, ao fato de apresentarem hábitos discretos, largamente crepusculares e noturnos. Quando observados, sua identificação é, às vezes, dificultada pela brevidade da visualização (BECKER & DALPONTE, 2013). Entretanto, durante suas várias atividades, estes animais deixam com frequência sinais típicos no ambiente, como pegadas, fezes, tocas e restos alimentares que se corretamente interpretados, podem fornecer uma identificação segura do animal que os produziu, além de informações sobre sua ecologia (BECKER & DALPONTE, 2013). Para Pardini et al. (2003), o grau de ameaça e a importância ecológica dos mamíferos tornam evidente a necessidade de incluir informações sobre os mesmos em inventários e diagnósticos ambientais. Dados sobre abundância e distribuição são muito importantes para a avaliação do status de conservação de um táxon (IUCN 2001), sendo que uma das dificuldades para essa avaliação em nível nacional é a escassez de dados publicados sobre composição e abundância das espécies em níveis locais e regionais.

O presente estudo objetivou inventariar as espécies da mastofauna e gerar um relatório técnico com os dados obtidos para a Fazenda Itapoã/Candelária e para a provável área de reserva do empreendimento (Fazenda Moema), pertencente ao empreendedor Paulo de Tarso Pereira David, que está localizada no município de Capitão Enéas, região Norte de Minas Gerais, Brasil.

Classificação da área do empreendimento de acordo com o Atlas da Biodiversitas

A figura abaixo indica as áreas prioritárias para conservação da mastofauna no estado de Minas Gerais, conforme Atlas da Biodiversitas. A propriedade não está inserida em nenhuma área categorizada como sendo de importância biológica para conservação da mastofauna. Porém, ressaltamos que todo estudo realizado para inventariar e/ou monitorar a mastofauna é de suma importância, haja vista, os dados referentes a esse grupo serem ainda bastante escassos na maioria das regiões brasileiras.

Nesse sentido, o inventariamento e monitoramento da mastofauna nos processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de empreendimentos potencialmente poluidores e/ou degradadores dessa região assume papel importante, ou seja, gera informações relativas à mastofauna local que poderão contribuir com estudos futuros relativos a esse grupo.

Levantamento de Dados Secundários

Para maior conhecimento da mastofauna local foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as espécies registradas para a região e bioma Cerrado no estado de Minas Gerais. Para isto foram compilados os levantamentos de Ferreira (2008), no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; de Alves (2010), em área de Cerrado no município de Uberlândia-MG e também o de Nogueira et al. (2015), na região de Jaíba e Matias Cardoso, região Norte de Minas Gerais, Brasil.

Para o levantamento de Ferreira (2008), realizado entre outubro de 2006 e setembro de 2007 com esforço amostral de 428 dias, foram utilizadas parcelas de areia de 50 X 50 cm. Essa metodologia é mais apropriada do que a simples contagem de pegadas em transectos, uma vez que os rastros são visíveis apenas em certos substratos que podem não estar distribuídos igualmente entre os diferentes pontos amostrais e os diferentes habitats.

Entretanto, o método de parcelas de areia, apesar de relativamente barato, é uma metodologia bastante trabalhosa. O trabalho de Alves (2010) foi executado entre agosto de 2008 e outubro de 2009, com esforço amostral de 320 horas. Os registros de mamíferos de médio e grande porte foram realizados por meio de métodos indiretos (primariamente pegadas e adicionalmente fezes, crânios, fragmentos de tegumento, vocalizações e entrevistas) e diretos (visualizações). Nos estudos de Nogueira et al. (2015) foram levantadas as espécies de morcegos e pequenos roedores existentes na região de Jaíba-MG e Matias Cardoso-MG, entre os anos de 1990 até 1995. A região deste trabalho compreende ao médio São Francisco e apresenta ambientes semelhantes aos descritos neste estudo.

Levantamento de Dados Primários

A amostragem de mastofauna foi realizada nas Fazendas Itapoã/Candelária e na Fazenda Moema (provável reserva legal do empreendimento) localizadas no município Capitão Enéas, região Norte de Minas Gerais, Brasil. O clima regional é tropical, marcado por duas estações bem definidas com verão quente e chuvoso e inverno ameno e seco.

Para o levantamento das espécies da mastofauna na área do empreendimento foram realizadas duas campanhas de campo tendo cada uma duração de cinco dias. A primeira campanha foi realizada entre 02 a 06 de setembro de 2019, correspondendo ao período seco. Já a campanha do período chuvoso foi realizada entre 13 a 17 de janeiro de 2020.

A propriedade foi amostrada de forma a tentar cobrir a maior área e diversidade de ambientes possíveis, como córrego, lagoas e barramentos, mata ciliar, áreas de Cerrado, Floresta Estacional Semidecidual e pastagem. Os pontos amostrados estão dispostos na tabela abaixo (Tabela M01) e representados nas fotos a seguir.

Resultados e discussão

Dados Secundários

Com a compilação dos trabalhos de Ferreira (2008) e Alves (2010) foi obtida uma lista com 21 espécies de mamíferos de médio e grande porte registrados em áreas de Cerrado. No trabalho de Nogueira et al. (2015), com um esforço total de 2964 armadilhas-noite e 44 sessões de captura com redes de neblina, foram capturados 893 pequenos mamíferos, que permitiram a identificação de 43 espécies, incluindo quatro marsupiais, 12 roedores e 27 morcegos. O total de mamíferos levantados nos trabalhos acima citados foi de 64 espécies.

A tabela abaixo apresenta os dados taxonômicos das espécies obtidas através da compilação dos dados secundários. Tabela M02: Lista de espécies obtidas através da compilação de dados dos trabalhos de Ferreira (2008), Alves (2010) e Nogueira et al., (2015). Lista de dados secundários. Ordem Família Espécie Nome Popular Cingulata Dasypodidae Dasypus novemcinctus Tatu-galinha Euphractus sexcinctus Tatu-peba Pilosa Myrmecophagidae Myrmecophaga tridactyla Tamanduábandeira Tamandua tetradactyla Tamanduámirim Primates Callitrichidae Callithrix penicillata Mico-estrela Atelidae Alouatta caraya Bugio Rodentia Erethizontidae Coendou prehensilis Ouriço Caviidae Hydrochoerus hydrochaeris Capivara Dasyproctidae Dasyprocta azarae Cutia Carnívora Felidae Leopardus pardalis Jaguaritica Puma concolor Onça-parda Puma yagouaroundi Gato-mourisco Canidae Chrysocyon brachyurus Lobo-guará Cerdocyon thous Cachorro-domato Lycalopex vetulus Raposa-docampo Procyonidae Procyon cancrivorus Mão-pelada

Mustelidae Lontra longicaudis Lontra Eira barbara Irara Mephitidae Conepatus semistriatus Jaratataca Artiodactyla Tayassuidae Pecari tajacu Cateto Cervidae Mazama sp. Veado Didelphimorphia Didelphidae Didelphis albiventris Gambá-deorelha-branca Gracilinanus agilis Cuíca-graciosa Marmosops incanus Cuíca Monodelphis domestica Catita Rodentia Muridae Calomys expulsus - Cerradomys vivoi - Holochilus sciureus - Necromys lasiurus Ratinho-docerrado Oligoryzomys nigripes - Rattus rattus Rato-preto Rhipidomys macrurus - Wiedomys pyrrhorhinos - Erethizontidae Coendou prehensilis Ouriço-cacheiro Echimyidae Phyllomys blainvillii Rato-da-árvore Echimyidae Thrichomys apereoides Rato-boiadeiro Caviidae Galea spixii Preá Chiroptera Phyllostomidae Artibeus planirostris Morcego Artibeus lituratus Morcego Carollia perspicillata Morcego Chrotopterus auritus Morcego Desmodus rotundus Morcegovampiro-comum Diphylla ecaudata Morcegovampiro-deperna-peluda Glossophaga soricina Morcego-beijaflor Lonchophylla sp. Morcego Micronycteris sanborni Morcego Phyllostomus discolor Morcego Phyllostomus hastatus Morcego Platyrrhinus lineatus Morcego-delinha-branca Sturnira lilium Morcegovampiro Tonatia saurophila Morcego Tonatia bidens Morcego Molossidae Cynomops planirostris Morcego Eumops perotis Morcego Molossus molossus Morcego Molossus pretiosus Morcego Nyctinomops laticaudatus Morcego-decauda-livre Vespertilionidae Myotis lavalii Morcego Eptesicus furinalis Morcegomarron Noctilionidae Noctilio albiventris Morcegovampiro Noctilionidae Noctilio leporinus Morcegovampiro Emballonuridae Rhynchonycteris naso Morcego Peropteryx kappleri Morcego Peropteryx macrotis Morcego.

Dados Primários

Após a realização do levantamento da mastofauna, foram amostradas 17 espécies de mamíferos distribuídas em 6 ordens e 10 famílias. A riqueza durante a estação seca foi de 12 espécies assim como para a estação chuvosa, onde também foram registradas 12 espécies. A estação chuvosa se destacou durante o levantamento devido a riqueza de quirópteros amostrados. Os registros fotográficos obtidos dos espécimes ou vestígios durante as campanhas chuvosa e seca estão apresentados abaixo. Figura M04: Riqueza em cada campanha amostral. As ordens mais representativas foram Carnívora e Chiroptera com oito espécies, seguidas por Rodentia com duas espécies e Primates, Artiodactyla e Didelphimorphia com apenas um representante.

Um maior número de espécies pertencentes à ordem Carnívora é frequente em estudos no Cerrado, revelando a ocorrência entre 30 a 57% do total amostrado; porém com registros pouco frequentes (Schneider et al., 2000, Rocha & Silva, 2009). Essa ordem é representada por 20 espécies, correspondendo a 42,5% da mastofauna de médio e grande porte no bioma (Marinho-Filho et al., 2002), sendo a mais representativa também na área de estudo. Em paisagens fragmentadas, em geral, o grupo dos Carnívora ocorre com frequência e não apresenta preferência por habitat, pois a maioria de seus representantes possui grande mobilidade e habilidade em explorar ambientes antropizados (Lyra-Jorge et al., 2008), desde que próximos a manchas de vegetação nativa (Lyra-Jorge et al., 2010).

Em relação as famílias, as mais representativas foram Phyllostomidae e Vespertilionidae ambas com três espécies, seguidas por Felidae, Canidae e Cricetidae. As demais famílias tiveram apenas um representante cada. Figura M05: Representatividade das ordens amostradas. Quando compilada a lista dos dados primários e dados secundários, são registradas 68 espécies. Houve uma grande similaridade entre os dois tipos de levantamento (13 das 17 espécies registradas), o que mostra a integridade da fauna regional. A maioria das espécies foi exclusivas dos estudos utilizados para obtenção dos dados secundários, o que pode ser explicado pelo maior esforço amostral que foi empregado nesses estudos, uma vez que esses foram realizados para fins científicos e acadêmicos e por isso demandam maior tempo para realização. Entretanto, também houve registro de espécies durante o levantamento de dados primários que não foram amostradas nos trabalhos anteriormente citados o que reforça mais uma vez a diversificada fauna que existe na região.

Figura M06: Registros compartilhados e exclusivos por dados primários e secundários. Tabela M03: Dados primários de mamíferos amostrados na Área de Influência do Empreendimento. Informações contendo a espécie, nome popular desta, forma de registro e hábitos alimentares da espécie. Legenda: Forma de registro: R = Relato, G = Vestígio, V = Visualização, AF = Armadilha Fotográfica. Categoria de Ameaça: DD = Deficiente de Dados, PP = Pouco Preocupante, NT = Quase Ameaçada, VU = Vulnerável, EN = Em Perigo. Táxon Nome Popular Tipo de Registro / Campanha Guilda Trófica Estado de Conservação (MG / Brasil / Mundial) Chuvosa Seca Ordem Primates Família Callitrichidae Callithrix penicillata Mico-estrela - V Onívoro PP; PP; PP Ordem Carnívora Família Felidae Puma concolor Onça-parda G - Carnívoro VU; VU; PP

Leopardus pardalis Jaguaririca - AF Carnívoro VU; PP; PP Família Canidae Cerdocyon thous Cachorro-domato AF; V; G AF; Onívoro PP; PP; PP Chrysocyon brachyurus Lobo-guará - G Onívoro VU; VU; NT Família Procyonidae Procyon cancrivorus Mão-pelada G AF; G Onívoro PP; PP; PP Família Mephitidae Conepatus semistriatus Jaritaca AF - Onívoro PP; PP; PP Ordem Artiodactyla Família Tayassuidae Pecari tajacu Caititu G G Herbívoro VU; PP; PP Ordem Didelphimorphia Família Didelphidae Didelphis albiventris Gambá-de-orelha-branca - V Onívoro PP; PP; PP Ordem Rodentia Família Cricetidae Oecomys catherinae Rato-da-árvore V - Onívoro PP; PP; PP Wiedomys pyrrhorhinus Rato-de-fava - V Onívoro PP; PP; PP Ordem Chiroptera Família Phyllostomidae Desmodus rotundus Morcego-vampiro-comum V - Hematófago PP; PP; PP Phylloderma stenops Morcego V V Onívoro EN; PP; PP Tonatia bidens Morcego V V Onívoro PP; PP; DD Família Vespertilionidae Eptesicus furinalis Morcego -marrom V V Insetívoro PP; PP; PP Eptesicus brasiliensis Morcego -marrom - brasileiro V V Insetívoro PP; PP; PP Lasiurus blossevillii Morcego V - Insetívoro PP; PP; PP

Análises estatísticas

Com uma visão geral para a área estudada e baseando-se nos dados coletados nas duas campanhas do levantamento, foi realizada a estimativa de riqueza de espécies com o estimador Jackknife 1 (1ª ordem). Juntamente com a estimativa foi plotada a curva do coletor (espécies observadas), utilizando o erro padrão. Figura M07:

Curva de rarefação de espécies da mastofauna Foram amostradas 17 espécies, linha contínua verde, que corresponde a 65,38% do valor apresentado pelo estimador de riqueza, 26 espécies, linha amarela. Quanto à suficiência amostral, a curva de rarefação mostrou tendência à estabilização e a riqueza observada permaneceu dentro dos intervalos de confiança, o que demonstra a suficiência do esforço amostral empregado durante o levantamento. Entretanto, detectar todas as espécies de um determinado grupo em uma área é muito difícil, ou mesmo impossível (Santos, 2006), principalmente quando consideramos que algumas espécies são migratórias, regionalmente raras ou vagantes e demandam maior período de amostragem para serem detectadas.

Através da amostragem da mastofauna foi possível calcular os índices ecológicos para cada campanha amostral do levantamento. A campanha do período seco apresentou melhores resultados para todos os parâmetros analisados, riqueza, diversidade e melhor valor para o índice de equitabilidade, podendo observar a boa distribuição das espécies na comunidade, sendo que o valor varia de 0 a 1, existindo assim uma coexistência harmônica entre elas, sendo quanto mais próximo do máximo (1), melhor a distribuição das espécies.

Por mais que exista diferenças na quantidade e qualidade dos recursos para as espécies entre as duas estações, através dos dados obtidos ambas parecem oferecer condições favoráveis para o estabelecimento das espécies. Os índices de diversidade permaneceram dentro do esperado, acima de 1,5, com uma baixa dominância de espécies na área. De um modo geral, a área do empreendimento apresentou uma alta diversidade, baixa dominância e um boa distribuição dos indivíduos na comunidade local.

Quadro M01: Riqueza, Diversidade de Shannon e Equitabilidade de Pielou da mastofauna. Campanha amostral Riqueza Abundância Shannon Simpson Dominância Equitabilidade Chuvosa 12 33 2,152 0,8485 0,1515 0,8661 Seca 12 22 2,323 0,8843 0,1157 0,935 Total 17 55 2,429 0,8774 0,1226 0,8573 Espécies ameaçadas de extinção, raras e endêmicas A grande parte das espécies amostradas possui plasticidade ambiental e pode ocorrer em uma grande variedade de habitats degradados. Grupos considerados vulneráveis, raros e ameaçados, normalmente apresentam densidades mais baixas. Exemplos dessas espécies, registradas direta ou indiretamente para esta área do empreendimento são: a jaguaririca (*Leopardus pardalis*), onça parda (*Puma concolor*), lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*) e caititu (*Pecari tajacu*). Essas espécies devem ser avaliadas com maior cuidado, pois, representam populações reduzidas no contexto regional. A jaguaririca (*Leopardus pardalis*) é a maior das espécies de mesofelinos do Brasil.

Possui comprimento da cabeça e corpo de aproximadamente 77 cm (67 a 101,5 cm), cauda relativamente curta (30 a 44,5 cm), representando apenas cerca de 46% do comprimento da cabeça e corpo. Ocorre em uma variedade muito grande de ambientes que vão desde áreas florestadas e pluviais até formações abertas e secas como a Caatinga e Chaco (Oliveira 1994, 2011, Murray & Gardner 1997).

No Brasil, estes ambientes incluem vegetação costeira das restingas, as mais variadas formas de florestas

tropicais e subtropicais, assim como diversas fisionomias do Cerrado e da Caatinga (Oliveira 1994, Oliveira & Boguea 2004). A onça-parda (*Puma concolor*) é caracterizada pela sua cor de pelagem uniforme, sem pintas, variando de pardo-avermelhado a pardo-acinzentado. Os machos pesam entre 55 e 65 kg enquanto fêmeas pesam entre 35 e 45 kg. Com a maior distribuição geográfica entre os mamíferos terrestres do continente Americano, sua área de ocorrência se estende desde o Canadá até o extremo sul do Chile e Argentina.

Único representante do gênero *Puma*, a espécie é dividida em 30 sub-espécies, das quais cinco ocorrem no Brasil (Currier, 1983). O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) é o maior canídeo da América do Sul, quando adultos, pesam aproximadamente 23 Kg, com comprimento de 1,2 a 1,3 m, chegando o rabo a medir 47 cm. A dentição do lobo-guará reflete o seu hábito alimentar. Como este animal não mata ou come presas grandes, comparado com outros membros da família Canidae, seus carnassiais superiores são reduzidos, tendo seu comprimento menor do que os dois molares superiores. Os incisores superiores são fracos e seus caninos são longos e pontudos. O gênero *Chrysocyon* difere de outros canídeos Sul Americanos que possuem o sagital desenvolvido (Dietz, 1985).

O lobo-guará habita em campos, pastagens e nos Cerrados da América do sul, oeste dos Pampas do Peru, sul do Paraguai, partes da Argentina e Uruguai e no centro-oeste brasileiro. Vive em lugares com muita vegetação natural, especialmente campos próximos à baixadas, com capoeirões ou matas arbustivas, evitando locais próximos a habitações humanas distribuindo-se também amplamente pelos Cerrados brasileiros. São animais principalmente noturnos e têm picos de atividades crepusculares. A maior ameaça para o lobo-guará é a destruição de seu habitat natural. A constante urbanização e a queima anual de pastos tem sido fatores relevantes para a destruição do Cerrado. Além do que, com seu território reduzido, são obrigados a se aproximarem de fazendas e ranchos, entrando em contato com o homem. Segundo rancheiros e fazendeiros, estes animais atacam galinhas e pequenos porcos, que em boa parte das vezes é também feita por um parente próximo, o *Cerdocyon thous*.

Mas a fama desses ataques é voltada para o loboguará, fazendo com que a caça por este animal aumente. A caça para esporte e a captura do animal vivo também são fatores que ameaçam o lobo-guará. O caititu (*Pecari tajacu*), que, como outras espécies com uma ampla distribuição geográfica, sofrem diferentes impactos e estão sob diferentes graus de ameaça ao longo de sua distribuição no território brasileiro. Em Minas Gerais a espécie é classificada como "Vulnerável". Em relação as espécies de pequenos mamíferos e quirópteros amostrados na área do empreendimento, nenhuma está categorizada como ameaçada de extinção, tendo a maioria das espécies ampla distribuição no território nacional. Dentre as espécies de quirópteros amostradas na área do empreendimento, a espécie *Phylloderma stenops* está classificada na categoria EN (em perigo) no estado de Minas Gerais.

Espécies cinegéticas, de interesse econômico / cultural e interesse científico

Foi registrado o caititu (*Pecari tajacu*) como espécie de mamífero que possui valor econômico para a criação em cativeiro. Com relação às espécies de interesse alimentício, destacam-se aqui a presença de espécies cinegéticas, ou seja, aquelas que sofrem pressão de caça por serem apreciadas e fazerem parte da dieta proteica de muitas famílias residentes em áreas rurais. Tabela M04: Espécies cinegéticas listadas para a propriedade.

Espécie Nome comum Motivo da caça *Leopardus pardalis* Jaguatirica Pelagem e Controle *Puma concolor* Onça-parda Controle *Cerdocyon thous* Cachorro-do-mato Controle *Chrysocyon brachyurus* Lobo-guará Pelagem e Controle *Procyon cancrivorus* Mão-pelada Pelagem *Pecari tajacu* Caititu Alimentação Porém, muitas destas espécies têm altas taxas reprodutivas, que associadas às características generalistas, tais como serem de ampla distribuição geográfica e terem resistência às perturbações antrópicas, as tornam livres das ameaças de extinção.

Espécies indicadoras da qualidade ambiental

Dentre os grupos da fauna, os mamíferos podem ser considerados indicadores da qualidade ambiental, uma vez que características como presença/ausência, abundância e sucesso reprodutivo de algumas espécies podem indicar a sustentabilidade ambiental da área estudada. O grau de ameaça e a importância ecológica do grupo tornam evidente a necessidade de incluir informações sobre os mamíferos em inventários e diagnósticos ambientais (PARDINI et al. 2003). Espécies exóticas e/ou potencialmente danosas

A espécie *Desmodus rotundus* conhecida como “Morcego-vampirocomum” da família Phyllostomidae registrada durante o levantamento pode ser um disseminador da raiva em outros mamíferos, inclusive os domésticos e os de criação. Espécies anuais ou migratórias Não foram registradas espécies de mamíferos migratórias durante as campanhas de levantamento. Sítios reprodutivos e interação com o ecossistema aquático Não foram registrados sítios de reprodução. Não foram registradas espécies que tenham interação com o ecossistema aquático.

Conclusão

A maioria das espécies de mamíferos que ocorrem no Cerrado distribui-se amplamente pelo bioma, ainda que muitas delas sejam consideradas raras localmente. Ainda assim, foi registrado um número de espécies satisfatório para a área do empreendimento. A variação dos valores dos índices ecológicos, bem como a riqueza, evidencia o potencial da propriedade em oferecer recursos à mastofauna mesmo nos períodos de menores taxas de precipitação. Sendo que foi observado a mesma riqueza para ambos períodos de amostragem. Esses resultados podem estar relacionados ao bom nível de conservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente da propriedade, que oferecem recurso à comunidade da mastofauna.

Fica **APROVADO** o ESTUDO DE LEVANTAMENTO DE FAUNA SILVESTRE TERRESTRE (DADOS SECUNDÁRIOS), referente ao processos SEI nº 2100.01.0028187/2023-19.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

*Não possui outra para alternativa locacional para a implantação do projeto de pecuária(pastagem) na propriedade em questão.

5. ANÁLISE TÉCNICA

O empreendedor requereu a supressão de cobertura vegetação a intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em uma área de **268,00ha** de Floresta Estacional Decidual em estágio inicial, segundo Laudo de Caracterização de Estágio apresentado pelo empreendedor, sendo que **100,00ha** em área comum, e **168,00ha**, referente área do Auto de Infração nº 302245/2022, datado de 08/09/2022, ambas com cobertura nativa de floresta estacional decidual inicial, inserido no Bioma Caatinga, dentro dos limites de abrangência da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. O objetivo é implantação projeto de pecuária (pastagem), na Fazenda São Vicente, município de Capitão Enéas/MG, tendo com empreendedor/responsável o proprietário Paulo de Tarso Pereira David, portador do CPF nº538.056.406-25.

* O rendimento do material lenhoso, segundo PUP, apresentado é **5.077,3662m³** de lenha de floresta nativa com aproveitamento de tocos e raízes.

* O rendimento do material lenhoso médio, segundo o inventário do PIA apresentado pelo empreendedor é 18,9453m³/há de lenha de floresta nativa, referente área de 168,00ha autuada no Auto de Infração nº 302245/2022, totaliza **3.182,8265m³** de lenha de floresta nativa, que deverá ser cobrar a **taxa floresta em dobro** devido ao material lenhoso presente a na área atuada, conforme determina a lei.

Obs. .

***O empreendedor deverá quitação taxa de reposição florestal referente a 1.024,0382m³ de lenha de floresta nativa, antes da emissão do AIA.**

***O empreendedor deverá quitação taxa florestal em dobro referente a 3.182,8265m³ de lenha de floresta nativa apreendido no Auto de Infração 302245/2022, antes da emissão do AIA.**

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais que serão gerados como atividade da implantação de projeto pecuária (pastagem) em relação ao desmatamento são: A remoção da cobertura vegetal pode acarretar em efeitos diversos nos meio biótico e físico. Além da perda quali quantitativa da diversidade florística e supressão de habitats disponíveis para a fauna, a remoção da proteção natural do solo pode acarretar no surgimento de processo erosivos e conseqüentemente, na intensificação do processo de assoreamento dos cursos d'água na área de inserção do projeto pecuária (pastagem) na Fazenda São Vicente, município de Capitão Enéas/MG, tendo com empreendedor/responsável o proprietário Paulo de Tarso Pereira David, portador do CPF nº538.056.406-25, erosão e compactação do solo, alteração da diversidade da flora local e redução da capacidade de suporte para a fauna, estes impactos negativos. Porém com a atividade alteração do uso do solo, há também impactos positivos com : Geração de empregos, melhoria da infra estrutura sócio-econômica das propriedades e da região.

As principais medidas mitigadoras a serem observadas pelo o proprietário com relação Intervenção Ambiental são as seguintes:

- Respeitar da área recomendada para intervenção, conforme demarcação em planta anexa;
- Respeitar da área de reserva Legal e área de Preservação Permanentes-APP, conforme demarcação em planta anexa;
- Conservar aceiros em torno da propriedade;
- Proibido o uso do fogo sem prévia autorização do órgão competente;
- Adotar todas as técnicas de conservação e uso do solo.

Obs. :* Informar a Polícia Ambiental de Montes Claros o INÍCIO e TÉRMINO da intervenção ambiental na propriedade em questão.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de um pedido de regularização com intervenção que envolve a supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 268,00 hectares de Floresta Estacional Decidual em estágio inicial, sendo 100,00 hectares em área comum e 168,00 hectares referentes à Auto de Infração nº 302245/2022 (AIA-Corretiva), datado de 08/09/2022. Essa área está localizada no Bioma Caatinga, sujeita à Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. O objetivo é implementar um projeto pecuário (pastagem) na Fazenda São Vicente, município de Capitão Enéas/MG, sob a responsabilidade do proprietário Paulo de Tarso Pereira David, CPF nº 538.056.406-25.

O embasamento legal para esse processo está no artigo 44, inciso II, do decreto 47.892/2020, que atribui ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) a competência para coordenar a tramitação de processos administrativos relacionados a intervenções ambientais. Esse controle é realizado pelo Núcleo de Controle Processual, que atua de forma integrada e interdisciplinar.

Os imóveis, registrados sob as matrículas 10888 (Gleba-1) e 10887 (Gleba-2) no Cartório de Registro de Francisco Sá/MG, totalizam 2.418,00 hectares, ambos em nome de Paulo de Tarso Pereira David (71479523, 71479525, 71479527).

Quanto à infração ambiental, foi constatada a adesão ao parcelamento e pagamento em dia (71479520). O estágio **sucessional** foi avaliado, resultando no reconhecimento da vegetação como Floresta Estacional Decidual em estágio inicial (77307735).

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), apresentado conforme Lei 20.922/13, foi aprovado, e o parecer técnico resultou no deferimento da intervenção ambiental. A supressão da vegetação, que resultará em rendimento de material lenhoso, deve seguir orientações técnicas.

O requerimento e documentação estão em conformidade com a legislação vigente, e, a princípio, não há impedimento jurídico para a concessão da autorização. O pagamento dos emolumentos e da taxa florestal é requisito essencial para a expedição da Autorização de Intervenção Ambiental (AIA).

Destaca-se a importância da observância integral dos limites e condições estabelecidos na AIA, bem como o cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias, sujeito a autuação em caso de descumprimento. Ressalta-se que a emissão da AIA não dispensa a obtenção de outras licenças legalmente exigíveis, conforme o Decreto nº 47.383/18.

7. CONCLUSÃO

Por fim, a equipe técnica sugere pelo DEFERIMENTO de supressão de cobertura vegetação a intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, em uma área de **268,00ha** de Floresta Estacional Decidual em estágio inicial, segundo Laudo de Caracterização de Estágio apresentado pelo empreendedor, sendo que **100,00ha** em área comum, e **168,00ha**, referente área do Auto de Infração nº 302245/2022, datado de 08/09/2022, ambas com cobertura nativa de floresta estacional decidual inicial, inserido no Bioma Caatinga, dentro dos limites de abrangência da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. O objetivo é implantação projeto de pecuária (pastagem), na Fazenda São Vicente, município de Capitão Enéas/MG, tendo com empreendedor/responsável o proprietário Paulo de Tarso Pereira David, portador do CPF nº538.056.406-25.

* O rendimento do material lenhoso, segundo PUP, apresentado é **5.077,3662m³** de lenha de floresta nativa com aproveitamento de tocos e raízes.

* O rendimento do material lenhoso médio, segundo o inventário do PIA apresentado pelo empreendedor é 18,9453m³/há de lenha de floresta nativa, referente área de 168,00ha autuada no Auto de Infração nº 302245/2022, totaliza **3.182,8265m³** de lenha de floresta nativa, que deverá ser cobrar a **taxa floresta em dobro** devido ao material lenhoso presente a na área atuada, conforme determina a lei.

Obs. .

***O empreendedor deverá quitação taxa de reposição florestal referente a 1.024,0382m³ de lenha de floresta nativa, antes da emissão do AIA.**

***O empreendedor deverá quitação taxa florestal em dobro referente a 3.182,8265m³ de lenha de floresta nativa apreendido no Auto de Infração 302245/2022, antes da emissão do AIA.**

* O AIA, somente poderá ser emitida após Controle Processual elaborado pelo setor jurídico-URFBio-Norte, pagamento da taxa florestal, reposição florestal emolumentos devidas.

Observação:

Validade:

***Prazo recomendado para o vencimento do AIA, fica condicionado ao vencimento do Licenciamento Ambiental: LAS/RAS.**

Legislação:

7.1-Lei Federal nº12.651 de 25 de maio de 2012;

7.2-Lei Federal nº 11.428/06, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.660/08;

7.3-Lei Estadual nº 20.922 de 16 de outubro de 2013;

7.4-Decreto Estadual nº: 46.336, de 16 de outubro de 2013;

7.5-Lei 13.047/98 - Lei de Proteção do Cerrado;

7.6-Decreto Nº 47.749, de 11 de novembro de 2019;

7.7-Resolução Conjunta SEMAD-IEF nº 3102, de 2021.

7.8-Resolução Conjunta SEMAD-IEF nº 3162, de 2022.

7.9-Resolução CONAMA 423/10;

7.10-Resolução CONAMA 392/07.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: .

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

Formação de florestas, próprias ou fomentadas

Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Por se tratar de processo para atividades de implantação de projeto de pecuária (pastagem) deve seguir as orientações do 5.1 (Medidas mitigadoras) a serem adotadas durante a intervenção ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

COPAM / URC SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Helio Alves do Nascimento

MASP: 0595460-7

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luys Guilherme Prates de Sá

MASP: 1489579-1



Documento assinado eletronicamente por **Luys Guilherme Prates de Sá**, **Servidor**, em 22/11/2023, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Alves do Nascimento**, **Servidor (a) Público (a)**, em 24/11/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74677340** e o código CRC **08B8C187**.
